



Desenvolvimento econômico: Uma visão latino-americana

Patrícia Santos Carvalho

RESUMO

Em 2023, a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina – comemora 75 anos de fundação. Desde a sua criação, em 1948, essa instituição vinculada a Organização das Nações Unidas (ONU) tem se preocupado com o desenvolvimento econômico dos países latino americanos.

Palavras-chave: CEPAL, América Latina.

1 INTRODUÇÃO

Em 2023, a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina – comemora 75 anos de fundação. Desde a sua criação, em 1948, essa instituição vinculada a Organização das Nações Unidas (ONU) tem se preocupado com o desenvolvimento econômico dos países latino americanos.

Nesse sentido, observa-se que a Venezuela é um país *suis generis* cuja formação econômica têm sido objeto de análise por diversos teóricos desde o século passado. O pesquisador Celso Furtado, um dos integrantes da CEPAL, analisou detalhadamente as externalidades positivas e negativas que influenciaram o crescimento econômico deste país e seu impacto na economia como um todo.

A visão furtadiana – como se denomina a visão deste autor – descreve as causas pelas quais essa economia se mantinha em estágio de subdesenvolvimento. Essa análise pioneira proporcionou critérios técnicos, ou seja, uma metodologia de análise, utilizada em períodos distintos na própria Venezuela, como também, ofereceu ferramentas científicas para o estudo de caso de outros países que demonstram situação semelhante.

De acordo com Medeiros (2010) em seu artigo “*Furtado na Venezuela*”, a análise desse pesquisador sobre a economia venezuelana na década de 50 fomentou a produção de uma abordagem acerca da manutenção do estado de subdesenvolvimento apesar de haver abundâncias de divisas, o que seria uma das peculiaridades da América Latina na década de 30. O autor relembra que esse país chegou a possuir a maior renda *per capita* dentre os países latinos, como resultado da exploração de suas reservas de petróleo (MEDEIROS, 2010).

Ainda, o autor lembra que Furtado (2008) irá fazer uma nova análise do caso em 1974, quando as características da economia venezuelana da década de 50 seriam acentuadas pelos choques do petróleo:

“Trata-se possivelmente de uma análise estruturalista pioneira e, por outro lado, premonitória, já que será nos anos setenta, com os dois choques do petróleo, que os problemas examinados por Furtado sobre as “peculiaridades” da Venezuela, posteriormente conhecidos na literatura do desenvolvimento como “doença holandesa” atingirão a sua máxima expressão. Em 1974, em “Notas sobre a economia



venezuelana”, o autor retoma a análise daquele país num momento em que a alta extraordinária do petróleo radicalizava e confirmava no essencial os traços básicos daquele modelo. ” (MEDEIROS, 2010, p. 3)

Em sua abordagem, Furtado identifica alguns setores em sua economia doméstica: “*um setor de recursos naturais (petróleo), um setor de bens não comercializáveis (especialmente de construção civil) e um setor de bens comercializáveis (agricultura e indústria)* ” (MEDEIROS, 2010 p. 4). Como a taxa (nominal) do câmbio estava relacionada com o preço do petróleo (que estava aquém dos custos de produção), a sua apreciação inibia a industrialização interna. Dessa forma, observa-se que o crescimento econômico na Venezuela era resultante soma de recursos provenientes da exportação de petróleo e dos gastos governamentais (que eram financiados pelo primeiro) (MEDEIROS, 2010)

2 OBJETIVO

Tendo em vista o paradoxo existente entre crescimento econômico perceptível por dados empíricos (como por exemplo, aumento do PIB) nas economias latino americanas e, por outro lado, a manutenção, em alguns países, da condição de subdesenvolvidos no cenário internacional, este artigo tem por objetivo construir um referencial teórico sobre o tema desenvolvimento econômico.

3 METODOLOGIA

Como metodologia de pesquisa foi adotado uma pesquisa qualitativa exploratória, através da busca na literatura sobre debates acerca do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, buscou-se filtrar pesquisadores que tem por foco a América Latina.

Essa pesquisa se caracteriza por ser uma pesquisa de levantamento descritiva. Para Gray (2012), esse tipo de pesquisa se caracteriza pela coleta sistemática de dados, com um foco específico. Ainda, esse tipo de pesquisa define-se como teórica, geralmente qualitativa.

No processo de coleta de dados foram adotadas medidas não invasivas, como revisão da literatura latino-americana e consulta a sites de organizações não governamentais. O relatório da pesquisa será apresentado no item Desenvolvimento deste artigo.



4 DESENVOLVIMENTO

4.1 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1.1 Diferenças entre Crescimento e Desenvolvimento Econômico

Essa parte visa oferecer ferramentas teóricas para análise do caso venezuelano. Primeiramente, devermos notar as diferenças entre “Crescimento Econômico” e “Desenvolvimento Econômico”. Segundo o “*Novíssimo Dicionário de Economia*”, o conceito de crescimento econômico refere-se:

“CRESCIMENTO ECONÔMICO. Aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. É definido basicamente pelo índice de crescimento anual do Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita*. O crescimento de uma economia é indicado ainda pelo índice de crescimento da força de trabalho, pela proporção da receita nacional poupada e investida pelo grau de aperfeiçoamento tecnológico.” (SANDRONI, 2003, p. 141)

Já o conceito de desenvolvimento econômico, para Schumpeter ocorre através de inovação (Moraes, 2023). Nesse sentido, observa-se que o progresso econômico parte da presunção de que haverá um caminho ilimitado que será percorrido pelas nações, numa visão de etapismo e hierarquia civilizatória até alcançar o desenvolvimento econômico.

Ainda em relação a esta acepção, o livro “*Desenvolvimento Econômico*” afirma:

“Desenvolvimento econômico define-se, portanto, pela existência de crescimento econômico contínuo (g), em ritmo superior ao crescimento demográfico (g*), envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos e sociais. Compreende um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia do mercado e a elevação do grau da produtividade.” (SOUZA, 1999, p. 22)

Observa-se o desenvolvimento econômico atrelado a crescimento econômico e mudança na estrutura produtiva do país. Tal explanação também está presente no “*Novíssimo Dicionário de Economia*” que enfatiza a melhoria da qualidade de vida da população como elemento essencial em sua conceituação. Além disso, haveria uma busca por maior estabilidade e diversidade da economia, como também, tendência a criar internamente fatores que antes eram absorvidos do exterior, tais como progresso tecnológico e formação de capital (SOUZA, 1999, p. 22).

Ainda quanto a questão do desenvolvimento, na opinião de Fernando Henrique Cardoso (1995), ex-presidente da República do Brasil, em seu discurso em Washington na Conferência acerca do “*Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos*”, afirma que enquanto na década de 1960 acreditava-se que o desenvolvimento era similar ao crescimento econômico, alguns autores já apostavam em uma relação mais complexa, na qual haveria um jogo político que interviria na economia, não permitindo a realização de tal ideologia.



“Um (...) dado contemporâneo é o de que imaginávamos que a dependência fosse um fator homogeneizador das possibilidades dos países em desenvolvimento para sair de sua condição de pobreza. Haveria, lembro, diferenças nas possibilidades de crescimento basicamente em função do controle do processo de acumulação de capital. Mas, em sua essência, os capitalismo central e periférico se afastavam. Mesmo que um país periférico crescesse – e meu livro foi controvertido porque admitia a simultaneidade da dependência e desenvolvimento –, o faria de forma distorcida. Era como se a condição periférica se tornasse fatal, um destino de injustiça. Hoje, sabemos que isso não é verdade. Países que souberam gerenciar suas economias com sensibilidade para as transformações dos mundiais de produção do capitalismo e para as questões sociais tiveram rumos mais favoráveis que outros. O caso dos Tigres Asiáticos é notório.” (CARDOSO, 1995, p. 151)

Além disso, em oposição ao desenvolvimento econômico, Souza (1999) apresenta o conceito de subdesenvolvimento no qual está imerso a maioria dos países do Terceiro Mundo, que é caracterizada pela dependência econômica, financeira e tecnológica dos países desenvolvidos, com pouca capacidade de barganha nos mercados externos à medida que a concorrência no mercado internacional aumenta.

Por outro lado, nota-se divergências entre os autores quanto à relação existente entre crescimento e desenvolvimento econômico. Para alguns teóricos, o primeiro é fator gerador do segundo, pois o aumento da produção total de um país motivaria a diminuição do desemprego, no primeiro momento, e, em seguinte, a repartição da renda de forma indireta através dos ajustes econômicos. Essa explanação estava presente na teorização de Adam Smith ao alegar que a diminuição do desemprego era um fator relevante e propiciador do desenvolvimento econômico. Pois, essa taxa, ao refletir o aumento da proporção dos trabalhadores produtivos em relação aos improdutivos, repercutiria no aumento do PIB per capita e a redistribuição de renda na sociedade ocorreria com o tempo. (SOUZA, 1999, p. 16)

Já outro grupo de teóricos afirma que apesar do crescimento ser essencial para que haja desenvolvimento econômico, a simples existência dele não é suficiente para garantir repercussões de caráter social na comunidade. Entre os defensores dessa teoria são apontados Prebisch, Furtado e Singer que vislumbram “*o crescimento econômico como uma simples variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas.*” (SOUZA, 1999, p. 21).

A maioria dos teóricos distinguem desenvolvimento de crescimento econômico. O primeiro constitui um processo de mudanças qualitativas na estrutura da economia que conduzem à melhoria do bem-estar das populações, enquanto o segundo tem conotação apenas quantitativa, traduzindo-se por uma expansão global da produção de bens e serviços à disposição de uma comunidade, sem reflexos sensíveis na distribuição de renda. Na inter-relação desses conceitos, pode-se dizer que o desenvolvimento econômico engloba e sustém o crescimento econômico.

Ainda, SOUZA (1999) relembra que a concentração de renda é um dos perigos da interpretação tradicional de desenvolvimento econômico com base na renda *per capita*, pois, apesar de ser um indicador importante, ele camufla a distribuição de renda, não refletindo o nível de bem-estar da população de baixa



renda. Um exemplo são os países exportadores de petróleo do Oriente Médio que possuem altas rendas *per capita*. A tabela 1 apresenta os efeitos perversos da análise tradicional.

Tabela 1 - “Efeitos perversos” de atrelar crescimento ao desenvolvimento econômico

a. transferência do excedente da renda para outros países, reduzindo a capacidade de importar e de realizar investimentos;
b. apropriação de parcelas crescentes desse excedente por poucas pessoas no próprio país, aumentando a concentração da renda e da riqueza;
c. salários básicos extremamente baixos limitam o crescimento dos setores que produzem alimentos e outros bens de consumo mais popular;
d. empresas tradicionais não conseguem desenvolver-se pelo pouco dinamismo do setor do mercado interno;
e. e dificuldades para implantação das atividades interligadas às empresas que mais crescem, exportadoras ou de mercado interno. (SOUZA, 1999, p. 21)

Fonte: Adaptado de Souza, 1999.

Logo, fica evidente que o conceito de desenvolvimento econômico é mais abrangente que o conceito de crescimento econômico – uma vez que o último faz referência essencialmente ao incremento da produção interna enquanto o primeiro abrange questões sociais e econômicas.

4.1.2 Os estudos acerca do Desenvolvimento Econômico

Conforme Colistete (1992), a importância dos assuntos relativos ao desenvolvimento econômico cresceu significativamente na década de 40 e 50, quando houve um interesse inédito por parte dos meios acadêmicos e organismos internacionais (antes discutidas basicamente por marxistas) pelas sociedades conhecidas como subdesenvolvidas na América Latina, Ásia e África. A mesma alegação está presente no pensamento de Furtado (2008), que afirma a presença de um esforço teórico genuíno nesse período para tentar compreender os motivos do desenvolvimento e, conseqüentemente, do estado de subdesenvolvimento no qual estava imerso a maior parte da população mundial, concentrada nos países do Terceiro Mundo. As reflexões sobre os problemas econômicos, sociais e políticos daqueles povos levou a emergência de um campo de análise próprio: o “*Development Economic*” (COLISTETE, 1992)

“O estudo do desenvolvimento econômico e social partiu da constatação da profunda desigualdade, de um lado, entre os países que se industrializaram e atingiram elevados níveis de bem-estar material, compartilhados por amplas camadas da população, e, de outro, aqueles que não se industrializaram e por isso permanecem em situação de pobreza e com acentuados desníveis sociais.” (SANDRONI, 2003, p. 169)

Nesse processo, ressalta-se o fato de que o desenvolvimento de cada país está ligado as suas características próprias, tais como situação geográfica, passado histórico, extensão territorial, população, cultura e recursos naturais. (SANDRONI, 2003). Tendo por base esses parâmetros, percebe-se que após a Segunda Guerra Mundial houve uma “*guinada*” para o desenvolvimento, antecedida por transformações domésticas profundas como “*a conquista da independência política e a formação de governos que*



colocavam o desenvolvimento nacional como objetivo principal” (SANDRONI, 2003, p. 169) Esse processo, favoreceu a concepção de desenvolvimento como “*um processo de transformação estrutural com o objetivo de superar o atraso histórico em que se encontravam esses países e alcançar, no prazo mais curto possível, o nível de bem-estar dos países considerados 'desenvolvidos'*”. (SANDRONI, 2003, p. 169)

Foi nesse contexto, que em 1948 surgiu a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina, que é um órgão regional das Nações Unidas que está ligado ao Conselho Econômico e Social que visa buscar “*alternativas para o desenvolvimento dos países latino-americanos.*” (SANDRONI, 2003, p. 90)

Os teóricos que trabalham nessa organização são chamados de cepalinos e irão questionar, em meados do século XX, uma das concepções sobre comércio internacional: a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo. (SOUZA, 1999). Enquanto a teoria da vantagem absoluta afirma que o país deve se especializar em determinado produto ou serviço o qual possui preço de custo inferior ao concorrente, a teoria da vantagem comparativa elaborada por David Ricardo irá alegar que “*cada país deveria dedicar-se ou especializar-se onde os custos comparativos fossem menores*” (SANDRONI, 2003, p. 628). Para os cepalinos, essa concepção permitiria o prolongamento do estado de subdesenvolvimento dos países pobres, ao fornecer “*um fundamento econômico à dominação política.*” (SOUZA, 1999, p. 19)

Um de principais teóricos cepalinos foi Raul Prebisch, que analisou criticamente as teorias que questionava os estágios de desenvolvimento até então vigentes. Houve o questionamento do modelo de industrialização por vantagens comparativas, tendo em vista a deterioração dos termos de troca que seriam um dos fatores da perpetuação do estágio de subdesenvolvimento. Constatou-se que seria necessária a elaboração de um modelo de desenvolvimento apropriado para as condições do Terceiro Mundo.

“Esse autor percebeu uma tendência nítida para a deterioração das relações de troca, contra os países subdesenvolvidos: a relação preços agrícolas/preços industriais (P_a/P_i)(...) A deterioração dos termos de troca pode ser explicada, segundo Prebisch, pela teoria do ciclo. Na *fase ascendente*, os preços e a renda sobem nos países desenvolvidos, o que eleva a demanda internacional de alimentos e matérias-primas. Consequentemente, com preços favoráveis, os países periféricos aumentam a sua oferta. Ocorre que, no caso de produtos primários, como carnes, café e outras culturas permanentes, existe uma defasagem de resposta da oferta de alguns anos e não é possível obter, de imediato, todos os ganhos possíveis, devido à elevação de preços.

Além disso, quando os preços começam a cair, desde o fim da fase ascendente do ciclo, os países subdesenvolvidos não conseguem reduzir de imediato sua oferta, o que deprime ainda mais os preços agrícolas na *fase descendente*. Nessa fase, embora a demanda externa se retraia e os preços diminuam, a oferta agrícola tende a ter uma queda menos do que proporcional, por sua rigidez.

De outra parte, a oferta de produtos industriais ajusta-se de imediato à demanda e aos preços. Ademais, nos países desenvolvidos, a rigidez dos salários para baixo, pela ação dos sindicatos, evita maiores reduções da demanda de produtos industriais. Pela *troca desigual*, essa pressão de custo é repassada à periferia (Prebisch, 1949, p. 59)” (SOUZA, 1999, p. 199)



No artigo “ A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teróricas da atuação do PNUD”, Machado e Pamplona (2008) dissertam sobre o referido conceito para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Nesse sentido, reforça a importância de Prebisch para a análise da variação dos termos de troca para os países subdesenvolvidos:

“Nas décadas de 1940 e 1950, a visão das Nações Unidas em relação ao desenvolvimento estava alinhada com uma estratégia intervencionista, na qual a intervenção do Estado e o fortalecimento dos governos tinham um papel muito importante. O paradigma dominante estava intimamente ligado ao contexto histórico da época, isto é, à influência da Grande Depressão, da Segunda Guerra Mundial e da revolução Keynesiana. Além disso, nesse período destacam-se as contribuições de Hans Singer (do Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos ou *UN Department of Economic Affairs*) e de Raul Prebisch na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), no sentido de apontar que os termos de troca variavam de forma a penalizar os exportadores de alimentos e matérias-primas, beneficiando os exportadores de bens manufaturados. Uma consequência óbvia desta constatação era a necessidade de os países em desenvolvimento se industrializarem, o que só poderia ocorrer rapidamente com a ajuda do Estado. Finalmente, desde a fundação da ONU, havia uma conscientização crescente de que, além do capital “físico”, a falta de recursos humanos adequados também era um grande obstáculo para o desenvolvimento.” (MACHADO e PAMPLONA, 2008, p. 56)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a revisão da literatura, observou-se a existência de fatores que influenciam o crescimento econômico, que estão divididos em fatores internos e externos conforme consta na tabela 2.

Tabela 2 – Fatores que influenciam o crescimento econômico

Fatores internos	Fatores externos
<ul style="list-style-type: none">• Qualidade, variedade e quantidade dos recursos naturais• Qualidade da força de trabalho humano, que se relaciona com o nível de educação, saúde pública e da eficiência da organização política, social e econômica<ul style="list-style-type: none">• Volume e a utilização de capital• Nível de desenvolvimento tecnológico<ul style="list-style-type: none">• Estabilidade política	<ul style="list-style-type: none">• Nível da atividade econômica mundial<ul style="list-style-type: none">• Comércio internacional• Investimento externo

Fonte: A autora.

Quanto ao desenvolvimento econômico, nota-se a existência, na literatura, dos principais fatores que atrapalham o atingimento dessa meta, em especial nos países latino-americanos, conforme listados na tabela 3.

Tabela 3 – Fatores que atrapalham o desenvolvimento econômico

Falta de infraestrutura e concentração da economia em um setor em oposição a diversificação da produção nacional
Dificuldade de toda a população integrar-se na economia nacional (entre outros fatores, por inexistência de um sistema de transporte eficiente que interligue as regiões do país);



Isolamento social, cultural ou econômico, representado por barreiras linguísticas e religiosas entre diferentes setores da população e por subsistemas econômicos alienados do conjunto da economia nacional (empresas estrangeiras, latifúndios etc.);
Dificuldade de encaminhamento do excedente potencial da economia para os setores prioritários (indústria de base, transporte, energia etc.), de cujo crescimento depende todo o processo; e
Falta de investimento e alta taxa de consumo.

Fonte: A autora.

Conclui-se que a emergência do campo de estudo acerca do Desenvolvimento Econômico surgiu como uma resposta a realidade dos países do Terceiro Mundo que, encontravam obstáculos comuns para a superação do seu estágio de subdesenvolvimento. Nesse sentido, o surgimento da CEPAL visou ajudar a resolver tais indagações no âmbito da América Latina e continua, ainda hoje, sendo um desafio estatal.



REFERÊNCIAS

CARDOSO, Fernando Henrique. Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. Revista de Economia Política, vol. 15, n°4(60), outubro-dezembro/95.

COLISTETE, Renato Perim. Desenvolvimento, distribuição de renda e capital estrangeiro: um comentário sobre a CEPAL nos anos 50. Brazilian Journal of Political Economy. 12(4) Out-dez 1992.

FURTADO, Celso, 1920-2004. Ensaios sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas / Celso Furtado. – Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2008. II. – (Arquivos Celso Furtado; v.1)

MACHADO, João Guilherme Rocha e PAMPLONA, João Batista. A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD. Revista Economia e Sociedade. 17 (1) – Abril 2008.

MEDEIROS, Celso Aguiar de. Celso Furtado na Venezuela. Disponível no site <https://www.excedente.org/wp-content/uploads/2014/11/download-14.pdf>. Visitado em 26 de novembro de 2023.

MORAES, Isaías Albertin de. Revisando o conceito de Desenvolvimento Econômico e a Escola de Pensamento do Desenvolvimentista na Economia. Revista de Economia Política, vol.43, n°1, pp. 26-47, janeiro-março/2023.

SANDRONI, Paulo. Novíssimo Dicionário de Economia. Editora Best Seller. 11ª edição. São Paulo: 2003.

SOUZA, Nail de Jesus de. Desenvolvimento Econômico. Editora Atlas. 4ª edição. São Paulo: 1999.